

# Águas urbanas: uma leitura da urbanização recente e das tendências na cidade de Rio Branco, Acre.

**Mariana Fontes Pérez Rial**  
Instituto Federal de São Paulo

**Paula Katakura**  
Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia

## Resumo

O presente trabalho discute o processo de urbanização da cidade de Rio Branco destacando a apropriação dos cursos d'água na formação do tecido urbano e o crescimento da área urbana relacionado ao fenômeno da urbanização dispersa. Verifica ainda o impacto desta ocupação sobre o patrimônio ambiental local e objetiva contribuir para a discussão das desigualdades socioambientais da cidade. A expansão urbana desordenada tem criado áreas vulneráveis e com riscos à população e ao meio ambiente. A análise conjunta dos instrumentos de planejamento urbano de âmbito municipal vigentes visa avaliar se a normativa atual serve como arcabouço legal para novas possibilidades de ocupação ou se, ao contrário, reitera as diretrizes de expansão da malha urbana sobre áreas ambientalmente vulneráveis, perpetuando o padrão de urbanização de muitas cidades brasileiras.

## Introdução: A questão das águas como norteadora da leitura urbana

A relação peculiar entre tecido urbano e patrimônio ambiental, especialmente hídrico, no caso da cidade de Rio Branco é complexa, uma vez que todo seu território encontra-se sobre área permeada por igarapés e pequenos afluentes do rio principal, o Rio Acre, cujo aquífero é também o manancial da cidade. Assim, a interferência da ocupação sobre a qualidade da água é direta e indissociável, cabendo aos instrumentos de planejamento e ao possível repertório de projetos urbanos a conciliação delicada entre ocupação e

preservação, de modo a mitigar os efeitos já recorrentes deste conflito.

## 1. A cidade de Rio Branco: Contextualização, histórico e tendências

A cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, está localizada na porção ocidental da chamada Amazônia legal e também na Região Hidrográfica Amazônica, que engloba, no Brasil, sete estados (Figura 1). Encontra-se às margens do Rio Acre, na bacia hidrográfica do Purus, por sua vez, afluente do Rio Amazonas.



Figura 1 Localização do município de Rio Branco na Região Hidrográfica Amazônica. Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Plano Nacional de Recursos Hídricos. Caderno da Região Amazônica. Brasília: MMA, 2006.

A fundação e o processo de urbanização da cidade remetem aos vários momentos do ciclo econômico da borracha; a cidade surgiu de um seringal criado em 1882 e até 1908 esteve restrita a um povoado que ocupava estreita faixa de terra na margem direita do rio.

Posteriormente expandiu-se para a margem esquerda. Em 1913 a crise da borracha deu origem à primeira migração dos seringueiros para a cidade. O governo criou então, em terras limítrofes à cidade, colônias agrícolas que se transformaram em áreas de expansão urbana. Cursos d'água e suas encostas foram ocupados. A partir de 1942, os seringais voltaram a produzir borracha e o comércio tomou novo impulso. Na década de 1950 e 1960 parte das terras do seringal que deu origem ao povoado foi dividida em lotes urbanos para a expansão da cidade.

No início dos anos 1970, o governo federal promoveu a instalação de grandes empresas e de fazendeiros na região com incentivos fiscais e programas agropecuários. Seringais transformam-se em fazendas e deram lugar às madeiras nas florestas. Nesse período de expansão, a cidade foi direcionada para novos eixos de crescimento. Seringueiros, castanheiros, índios e ribeirinhos migraram para

Rio Branco e ocuparam terrenos públicos e privados para a construção de moradias. Formaram-se inúmeros novos bairros com loteamentos clandestinos e moradias precárias, sem infraestrutura, em regiões afastadas do centro.

Ao norte, áreas foram objeto de especuladores imobiliários do estado e de invasões e ocupações de Áreas de Preservação Permanente - APP do Igarapé São Francisco e Irineu Serra.

Na década de 1970 foi construída a BR 364, vetor que contribuiu para o crescimento populacional.

Coerente com a produção de instrumentos de planejamento de âmbito local em todo o país, o Plano Diretor de 1986 previa a retirada da população das áreas alagadiças com a limitação do crescimento urbano, a implementação de infraestrutura, soluções para o meio ambiente e outras medidas locais. Pouco do previsto foi de fato implementado e apenas foram realocadas vítimas de acidentes ou enchentes.

Rio Branco apresentou crescimento intenso da população nas últimas décadas e a cidade tem passado por um processo acelerado de expansão do limite urbano, direcionado principalmente para a área do Igarapé Judia<sup>1</sup>, na margem sul do Rio Acre (Figura 2).

A ocupação das margens dos Igarapés teve como consequências o assoreamento, desmatamento, enchentes e deslocamento de massa durante período chuvoso, redução da mata ciliar e da fauna acentuando-se a poluição das águas.

O Igarapé da Maternidade (Figura 3) sofreu intervenção em 2002 com projeto de saneamento, canalização, remodelação do sistema de galerias para evitar enchentes e propostas para solucionar o problema do assoreamento e acúmulo de lixo, bem como a criação de parque com equipamentos urbanos, vias lindeiras, pontes e vegetação nativa.

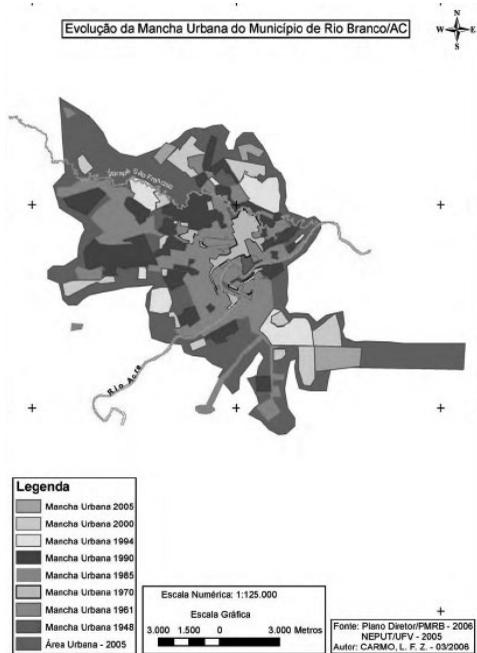


Figura 2. Evolução da Mancha Urbana de Rio Branco. Fonte: Plano Diretor de Rio Branco 2006.



Figura 3. Igarapés de Rio Branco: Igarapé São Francisco, com áreas alagáveis e ocupação das margens no Bairro Mocinha Magalhães e Igarapé da Maternidade, após projeto de urbanização. Fonte: Rial, M.

Um projeto de 2013, o Conjunto Residencial Cidade do Povo, junto às microbacias dos igarapés Judia e Belo Jardim, previa a construção de 10.600 casas do programa Minha Casa Minha Vida beneficiando aproximadamente 60.000 pessoas, em área de aproximadamente de 700 hectares já totalmente desmatados. As justificativas para a implantação em área distante da região central da cidade foram o alto custo dos terrenos vazios na área central e dos investimentos em infraestrutura na área já estruturada<sup>2</sup>. Apesar de todos os estudos e da preocupação com os equipamentos urbanos, a concentração de grande contingente de pessoas em área distante do centro e dos postos de trabalho, atraiu para o local grupos criminosos organizados.

Os vazios urbanos foram considerados estruturas espacialmente saturadas que incluem altas declividades, áreas sujeitas a escorregamento ou APP, e com problemas de saneamento e de infraestrutura ainda por serem resolvidos. Um dos principais argumentos, constante também do Plano Diretor, para justificar a ausência de áreas dentro do tecido urbano é a necessidade de extensas áreas para estacionamento de veículos, demonstrando a predominância massiva do modal rodoviário na cidade.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Rio Branco defende que existe um crescimento nos setores de serviços e indústria que evidencia a necessidade de expansão espacial, ainda que a produção industrial não tenha papel relevante na economia local.

Verifica-se também outro eixo de expansão, considerado como nova centralidade na cidade, resultado de um processo de descentralização direcionado para a Via Verde, trecho da BR-364, pavimentada em 2006, que hoje reúne shopping center, supermercados, escolas e edifícios públicos<sup>3</sup>. A valorização do solo foi incentivada por empresários proprietários das glebas lindeiras e investimentos do setor público que decidiu criar um novo centro administrativo e descentralizar serviços. O Plano Diretor de 2016 delimita esta área como Zona de Expansão Urbana. Além dos empreendimentos citados, têm surgido neste setor da cidade, de ocupação recente e de forte presença do setor imobiliário, empreendimentos com caráter condominial e de padrão tipológico horizontal de baixa densidade, ocupando as margens da rodovia em direção ao aeroporto. Esta configuração agrava os problemas ambientais e amplia as desigualdades sociais.

## 2. A urbanização dispersa: leituras territoriais no Brasil e a difusão do padrão

O fenômeno da dispersão urbana já foi evidenciado por Reis (2006)<sup>4</sup> em diversas cidades e regiões metropolitanas brasileiras e não é uma questão recente. Ainda que as leituras territoriais de âmbito regional deixem clara a concentração de população em poucas áreas urbanas no Acre, é na escala intraurbana que se pode constatar que o mesmo fenômeno está presente em Rio Branco. Constata-se uma dispersão concentrada, que ao mesmo tempo produz desequilíbrios na escala regional, do ponto de vista da produção e da circulação, e, na escala local, compromete o tecido urbano, fragmenta o espaço e expande as questões da relação ocupação/ambiente físico a áreas mais vastas (Figura 4).

A ocupação das áreas periféricas das cidades brasileiras pela população de menor renda, em função do valor da terra, mais baixo em relação ao centro urbano, resultou em ocupação de áreas ambientalmente sensíveis nas mais diversas

cidades, e pode ser apontado como um dos primeiros fenômenos do processo de dispersão. As políticas habitacionais, como pudemos ver com o plano de habitação da cidade de Rio Branco, ainda seguem a lógica do valor da terra e perpetuam o espraiamento da mancha urbana em áreas desconectadas do tecido mais coeso das áreas centrais. Este padrão de ocupação, além de perpetuar relações de segregação espacial e agravar as questões de mobilidade urbana, compromete as relações sociais, uma vez que desloca para áreas desprovidas de densidade e de recursos inerentes à cidade uma população cujas relações (de trabalho, estudo, convivência, enfim, todo um conjunto de relações sociais fundamentais) esteve ligada ao centro. Este modelo de urbanização ambiental precária não atende as necessidades sociais mínimas de infraestrutura para moradia e trabalho.

Em relação à preservação ambiental, a ocupação primeira do território, a partir do projeto original e provida da devida infraestrutura de



Figure 4. Mancha Urbana de Rio Branco, hidrografia e eixos viários. Fonte: Autoras sobre foto aérea do GoogleEarth 2019.

saneamento, não garante a ampliação desta infraestrutura para a ocupação subsequente, que tende a acontecer no interstício entre este loteamento e a mancha urbana atual. Assim, a ocupação informal induzida por este novo vetor é fator contribuinte para o descontrole sobre a preservação do igarapé e de suas margens, da mata ciliar e da qualidade da água.

Condomínios horizontais fechados podem ser observados como tendência à ocupação em Rio Branco, no vetor de expansão ao longo da Via Verde. Instrumentos legais têm orientado a cidade à expansão horizontal em dois sentidos, bastante segregados: um, no vetor noroeste, ao longo da Via Verde e em direção ao aeroporto que hoje já se caracteriza como nova centralidade, segundo padrão rarefeito e dependente do modal de transporte motorizado individual; e, ao sul, a partir da produção de conjuntos habitacionais de interesse social, também descontínuos em relação ao tecido existente (Figura 5).

As questões fundamentais que queremos ressaltar em relação à dispersão encontrada são tanto de caráter ambiental quanto das relações sociais: quanto à questão ambiental, a tendência à urbanização desordenada e sem infraestrutura que tende a ocorrer nesses interstícios é fator preocupante, sobretudo ao longo dos eixos viários de conexão com a mancha; do ponto de vista das relações sociais, é possível observar

como tais padrões têm criado espaços segregados, verdadeiras cidadelas à parte da dinâmica urbana.

Nesse sentido, poder público e mercado imobiliário parecem estar alinhados na condução da cidade para a expansão no vetor noroeste sobre a área rural, deslocando as atividades centrais do tecido original da cidade e sem considerar a possibilidade de adensamento em seus vazios. Articulam-se e reforçam fragilidades e desigualdades. Esta expansão é sobretudo incentivada por políticas públicas orientadas no sentido das bordas da cidade e instrumentos legais que interferem no espaço reforçando as desigualdade socioespaciais.

### **3. Considerações finais e caminhos possíveis**

O padrão de ocupação dispersa já predominante em diversas cidades brasileiras aparece como tendência na cidade de Rio Branco, a partir dos dois modelos clássicos em que se apresenta no tecido brasileiro em geral: estabelecido a partir de relações estruturais de centro – periferia e a partir da tipologia do condomínio horizontal isolado e segregado do tecido, centrado no modelo rodoviarista de desenvolvimento ainda não superado. Este padrão de ocupação provoca, no contexto local, para além dos problemas de mobilidade e segregação espacial já amplamente



Figure 5. Imagem ilustrativa de acesso a condomínio horizontal na Via Verde. Fonte: Alphaville Empreendimentos. <https://www.alphavilleurbanismo.com.br/residencial/terras-alphaville-rio-branco>

discutidos na urbanística contemporânea, questões de caráter socioambiental com as quais o planejamento local deve lidar desde já, especialmente ligadas à conservação dos recursos hídricos existentes. A incorporação de uma visão sistêmica sobre o processo de urbanização e o provimento de infraestrutura urbana, que seja capaz de considerar o meio físico ainda bastante preservado nas áreas periféricas ou periurbanas da cidade como elemento norteador desta infraestrutura, deve ser, o caminho na elaboração dos instrumentos de planejamento urbano locais, em especial do Plano Diretor. Políticas públicas devem reforçar um planejamento integrado, a gestão das águas e da expansão urbana com a participação de todos os setores da sociedade, essenciais para a melhoria nas condições de moradia e redução da vulnerabilidade ambiental.

Sob este paradigma, vemos ainda como possível, considerando o ritmo da urbanização identificado, a condução do processo de urbanização de forma a reverter o padrão, orientado-o no sentido de estimular padrões menos expansivos, mais integrados ao tecido pré-existente e mais coerentes com a preservação e a manutenção dos recursos naturais.

## Notas de Fim

1. Dhuliani Cristina Bonfanti, Urbanização e uso do solo nas áreas de preservação permanente – APP do Igarapé Judia. I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina
2. Rafael Marcos Costa Pimentel, Moradias e Segurança Pública: O Estudo de caso do Conjunto Habitacional Cidade do Povo – AC, Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31781/1/2017\\_RafaelMarcosCostaPimentel.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31781/1/2017_RafaelMarcosCostaPimentel.pdf)
3. Janete Farias Mendonça, Maria Madalena de Aguiar Cavalcante e Maria de Jesus Moraes, Via Verde: nova expressão de centralidade em Rio Branco, Acre-Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, 2019, <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180129>.
4. Nestor Goulart Reis, Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano, São Paulo, LAP/FAPESP, 2006.